

A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL DO ENTRE-SÉCULOS (XIX E XX) IMAGENS DA MULHER INTELLECTUAL

Maria Angélica Alves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Nas anotações iniciais de seu livro, *Jornadas no meu país*, a escritora Júlia Lopes de Almeida o classifica como um “diário de impressões”, essencialmente orientado pela sinceridade e pouco, ou mesmo nada - segundo afirmação da própria autora-, preocupado com o estilo literário. No livro, são registradas as impressões sobre pessoas e lugares do Rio Grande do Sul visitados pela autora, em 1918.

No capítulo XXXII, ao referir-se, pela primeira vez, às senhoras rio-grandenses da sociedade aristocrática de Pelotas, Júlia Lopes ressalta que a brasileira é a que “...melhor sabe guardar na velhice uma certa graça e uma frescura de espírito que tornam a sua presença sempre atraente e agradável.”(Almeida, 1920, p.197). Parece-lhe, mesmo, verdadeiramente incomum encontrar nas “senhoras velhas” qualquer “clarão de mocidade intelectual e moral”(Idem, p.210). As senhoras com as quais conversa, entretanto, lêem, “citam seus autores preferidos (...) e se interessam pelos assuntos da nossa espiritualidade” (Idem, pp.42-43). Para a autora, a própria cidade, Porto Alegre, por ser tranqüila, contribuiria para a criação de um clima propício para a leitura, fato que já não ocorreria no Rio de Janeiro, cidade que, segundo sua apreciação, apresentaria uma vida social mais intensa, relegando a leitura a um segundo plano.

Das atividades freqüentadas em sua rotina de viagem, a escritora cita aquelas que lhe permitem conhecer e avaliar a “fina flor da sociedade pelotense”. Durante a semana, comparece a festas animadas, como quermesses, chás dançantes em benefício da Cruz Vermelha, partidas de tênis no Sport Club, passeios, visitas e recepções. Também visita a “intelectualidade local”, indo aos jornais, às revistas e às bibliotecas de Porto Alegre, inclusive afirmando a respeito dessas visitas que “Nada me póde interessar mais vivamente.” (Idem, p.62). Ao visitar, por exemplo, a Livraria *Echenique*, descobre que se lê muito na cidade, fato que a surpreende, sobremaneira, levando-a a afirmar: “Lê-se, e lê-se principalmente na nossa língua, o que é ainda mais admirável.”(Idem, p.209/210).

Nos capítulos seguintes de *Jornadas no meu país*, a autora reconhece, enfim, estar vivendo uma “nova era”, na qual as mulheres, definitivamente, entregam-se a atividades inteligentes e úteis. Sinceramente impressionada com a atuação das mulheres da alta

sociedade de Porto Alegre, Júlia Lopes anuncia aos leitores a possibilidade de autonomia intelectual do “mundo feminino sul brasileiro”, decorrido o prazo de vinte anos.

Cerca de duas décadas antes, no ano de 1897, a escritora declarava, em *A Mensageira – Revista Literária dedicada à Mulher Brasileira*, que o movimento feminista no Brasil dava provas significativas de estar avançando. As mulheres, para Júlia, demonstravam estar mais conscientes de suas necessidades e ambições. Na seção intitulada ‘Entre Amigas’, publicada no n.1 da Revista, insiste na hipótese de que toda e qualquer mudança de comportamento da mulher reverteria em benefício da família e, conseqüentemente, da sociedade. Esse artigo que tinha, como os demais artigos da Revista, a finalidade de servir de aconselhamento às leitoras, recomendava, basicamente, a “liberdade de ação”. A escritora, desse modo, afirmava uma oposição àqueles que, ao final do século XIX não viam, ainda, *com bons olhos*, a participação social feminina:

A mulher brasileira conhece que pode querer mais, do que até aqui tem feito. Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, atados por preconceitos e que julgam toda a liberdade de acção prejudicial á mulher na familia, que é a bem da propria familia, principalmente d’ella, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita.(Almeida, 1897)

A tendência de conceber a mulher como um ser desprovido de capacidade intelectual relevante é confirmada pelos estudiosos do final do século. A escritora e professora catarinense Delminda Silveira, assídua colaboradora da Revista *A Mensageira*, ao tratar da temática da educação da infância e da mocidade, em artigo publicado, em 1898, afirma que, sendo os aprendizados das pessoas do sexo masculino e feminino semelhantes, sob certos aspectos, apresentam, entretanto, algumas orientações diferenciadas, ao longo do processo de sua educação integral, em consonância com os papéis a eles destinados no futuro, na sociedade. A partir dos 10 anos, observa-se que, enquanto os meninos são encaminhados a bons colégios ou guiados por professores contratados pela família, as meninas dispunham dos estudos destinados aos meninos e, ainda, “licções de prendas” ou trabalhos manuais e práticas de funções domésticas.

A crônica “Para a Educação das Futuras Mães de Família”, publicada em 3 de janeiro de 1886, no Jornal do Commercio, trata a questão da educação feminina de forma bastante significativa. Nela, se comenta a importância do Curso Noturno regular e gratuito de Ensino Secundário para o sexo feminino, criado e mantido pelo Dr José Manuel Garcia. O Curso é

apontado como uma rara oportunidade de se garantir às mulheres “a instrução mais radical e bem dirigida que a da maior parte dos collegios particulares...”. Se se considerar que, de acordo com as idéias contidas na crônica, as mulheres não podiam matricular-se, à época, no Collegio Imperial, a simples existência dessa instituição já mereceria o reconhecimento por parte da sociedade brasileira. A descrição das atividades desenvolvidas no Curso permite o entendimento das limitações do ideal de educação feminina, ao final do século XIX, no país:

Varias alumnas, das mais intelligentes e distinctas, revelarão o seu aproveitamento litterario e artistico reditando poesias em varias linguas vivas e fazendo-se ouvir ao piano. (Jornal do Commercio,1886)

Em conferência realizada no *Congresso Literário de Pernambuco*, em 1892, no Instituto Literário Olindense, transcrita no n.12 de *A Mensageira*, Olympio Galvão louva a atuação literária de algumas escritoras brasileiras, classificando-as de modo distinto, de acordo com as virtudes utilizadas como referência para representar o universo feminino: a doçura, a delicadeza, o encanto e a graça. Galvão refere-se às escritoras como as “sacerdotisas da forma”, as “dulcíssimas poetisas brasileiras” e as “chronistas elegantes e criteriosas”. Na Conferência, apesar de ser favorável à educação feminina, acaba por discriminar os dois sexos, ao tecer considerações sobre o potencial intelectual feminino e as suas tarefas domésticas:

Sou dos que pensam que a mulher não deve tão somente limitar-se a aprender a arte de ser boa mãe de família, não querendo dizer comtudo, que se entregue a estudos profundíssimos, assáz penosos para tão gentis e frageis organismos. (Galvão, 1898, p.180)

Seguindo os padrões de conduta estabelecidos na sociedade brasileira, deduz-se que para ser cidadã, no século que se aproximava, a mulher precisaria ser mãe e, para exercer plenamente esse papel, deveria receber boa educação e instrução adequada. Para a conceituada escritora Júlia Lopes de Almeida, a tarefa ou missão da maternidade implicava o exercício de múltiplas funções, assumidas como verdadeiras obrigações pelas mulheres:

Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestructivelmente, no espirito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. Parece-me que são esses os elementos do progresso e de paz para as nações.(Almeida, 1898, p.3)

Exercer integralmente seu papel na sociedade, nos últimos anos do século XIX e início do XX, ou seja, exercer, com perfeição, o seu papel de “mãe de família”, significava, em suma, que a mulher deveria habilitar-se para a vida, praticando, com sabedoria e intuição, desde as mais simples às mais complexas ações, não podendo, para tanto, ser “ignorante ou fútil”, conforma declarava Júlia Lopes. A autora conclui sua argumentação fazendo uma alusão à participação feminina na vida pública, reconhecendo, entretanto, ainda ser reduzido o número de “senhoras” empregadas no comércio, nas indústrias e nas artes.

Em seu estudo sobre as escritoras brasileiras do século XIX, Zahidé Muzart afirma ter sido esse um período bastante rico em manifestações literárias, especialmente na esfera social, repleto de oportunidades de convivência cultural e de intercâmbios intelectuais entre os homens e as mulheres das classes mais favorecidas financeiramente. Muzart também afirma que a mulher participava como ouvinte ou leitora, e não como produtora de cultura, sendo neste aspecto, excluída “por preconceito, pela religião, pelos limites do papel que deveria desempenhar na sociedade burguesa” (Muzart, 1999, p.25). Este fato, segundo a autora, foi determinante para a criação de um estado de marginalização das escritoras brasileiras e de omissão de muitos nomes da historiografia literária.

Certamente, as posições defendidas e praticadas por escritoras e críticas, no período em questão, ainda resultavam em formas comportadas, como convinha a quem vivia numa sociedade dominada pelo pensamento masculino. Torna-se fácil compreender, hoje, o discurso de nossas pensadoras que, ao admitirem a necessidade de revisão das formas de tratamento da mulher na sociedade, acabam por sugerir-lhes uma educação dirigida às suas tarefas domésticas, de caráter, portanto, utilitário, condizente com a ideologia burguesa vigente. Mesmo os discursos mais ousados, terminavam por reproduzir parte do pensamento masculino dominante, como sugere a escritora Nísia Floresta, particularmente engajada nas discussões da problemática feminina, neste fragmento do ensaio “A Mulher”, datado de 1857:

Guarde-se bem o homem de ter a mulher para seu joguete, ou sua escrava; trate-a como uma companheira da sua vida, devendo ela participar de suas alegres e tristes aventuras; considere-a desde o berço até seu leito de morte, como aquela que exerce uma influência real sobre o destino dele, e por conseguinte sobre o destino das nações; dedique-lhe, por último, uma educação como exige a grande tarefa que ela deve cumprir na sociedade como o benéfico ascendente do coração; e a mulher será como deve ser, filha e irmã dedicadíssima, terna e pudica esposa, boa e providente mãe. (Floresta, 1997, p.117)

De acordo com Nísia Floresta, o coração feminino teria ternura suficiente para neutralizar os males morais que impediam a prosperidade dos povos. Ao reduplicar o pensamento notadamente masculino, que vincula o homem à esfera da razão e à mulher, às paixões e emoções, Nísia Floresta alerta que somente se os sentimentos femininos forem trabalhados a partir de uma educação especial, “uma educação culta e fortificada na prática do dever e na razão” (Idem, p.115) poderão vir a promover alguma mudança.

Curiosamente, percebe-se, como, em diferentes épocas, as escritoras Nísia Floresta e Júlia Lopes de Almeida defenderam teses similares, acreditando que as mulheres alcançariam, enfim, a sua dignidade, tornando-se boas mães e boas esposas, caso recebessem instrução e educação moral.

No artigo escrito em março de 1897, “As tres Julias”, publicado no *Almanaque Brasileiro Garnier*, em 1907, Lucio Mendonça analisa a obra literária das escritoras *Julia Lopes de Almeida, Julia Cortines e Francisca Julia* enaltecendo as suas virtudes literárias, sem deixar, contudo, de ressaltar a capacidade de exercerem, simultaneamente, seus múltiplos papéis de perfeitas esposas e mães de família ou por, ainda, compatibilizarem as suas funções de professoras e escritoras. Após o reconhecimento do valor das obras das três escritoras, o crítico inclui em sua análise uma “nota de tristeza” que vem a confirmar o difícil processo de inclusão da mulher, essa “gente de outro sexo”, como cidadã na sociedade brasileira. Na passagem abaixo, o crítico comenta a resistência de seus pares, ao ingresso das mulheres na Academia de Letras:

Na fundação da Academia, era idéia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admittirmos a gente de outro sexo; mas a idéia cahiu, vivamente combatida por outros, irreductiveis inimigos das machonas, segundo a brutal denominação de nosso illustre confrade, cujo desembaraço lhe rendeu os dissabores que conhecem. Com tal exclusão, ficamos inhibidos de offerecer a espiritos tão finamente literarios como os das tres Julias o scenario em que poderiam brilhar a toda luz.” (Idem, p. 249)

No princípio do século XX, a temática da educação da mulher mereceu atenção especial dos estudiosos, passando a ser tratada com a seriedade solicitada por qualquer um dos demais temas nacionais. Segundo Nailda Bonato, a análise de documentos da época em questão referentes à necessidade de aumento de vagas para se instruir as mulheres nas Escolas

Normais, contribui para o esclarecimento da estreita relação entre a extinção do grave problema do analfabetismo e a formação intelectual das mulheres.

Com o regime republicano, iniciou-se o processo de renovação do sistema educacional brasileiro, a partir de uma proposta de revisão dos métodos e da organização das escolas, criando novos estabelecimentos de ensino e empreendendo reformas do Ensino Primário, Secundário e das Escolas Normais, no Distrito Federal, e, ainda, do Ensino Superior, Artístico e Técnico em todo o Brasil. Especialmente a escola dedicada à instrução primária assume um papel essencial nesse projeto de formação de uma nacionalidade e, por conseguinte, a formação escolar dos professores primários é considerada necessidade fundamental, como assinala Bonato:

Nesse palco político a formação escolar do professor e da professora primária surge como uma necessidade imperiosa para a transformação de uma realidade de analfabetos, com a escola Normal, fundada em 1880, como Escola Normal da Corte, ainda no Império, desempenhando papel fundamental.” (Bonato, 2002, p. 164)

Marisa Lajolo e Regina Zilberman analisam o aspecto da vinculação da identidade feminina a uma “vocação natural para as lides do magistério”, assinalando que a solução se apresentava ideologicamente perfeita: a professora e a escola passavam a ser figuras idealizadas à medida em que se atribuía à mestra uma conotação maternal e, a sala de aula, era representada como um segundo lar. Nesse momento, portanto, conforme demonstram as ensaístas, a presença das mulheres em outros espaços sociais não afetou diretamente a divisão do universo social masculino e feminino, pois o magistério feminino era encarado tão somente como “uma extensão da tarefa doméstica e maternal” (Lajolo & Zilberman, 1996, p.265).

Havia um interesse imediato na formação de professoras para atuarem com competência nas escolas recém formadas e, devido a esse fato, foram iniciadas as campanhas favoráveis à instrução das crianças e das mulheres¹. José Veríssimo, em seus estudos críticos sobre a Educação Nacional no período pós-republicano, acreditava que para se promover a educação da sociedade como um todo, tornava-se fundamental investir na educação feminina. Afirmava que o perfil das mulheres - sem instrução, sem cultura espiritual, “sem nenhuma

¹A respeito da criação das primeiras Escolas Normais, a análise de suas contribuições para a instrução feminina e, ainda, a crítica aos programas e métodos adotados, ver Veríssimo, 1985, pp. 125-26. “...a maioria dessas escolas não são de fato mais do que escolas primárias de segundo grau ou escolas primárias superiores, (...) se é que não ficam ainda abaixo desta categoria nos países em que o ensino público é uma realidade.”

prendas de espírito, sem convívio social, sem alguma ciência do mundo e da vida” (Veríssimo, 1985, p.120), não correspondia mais às demandas da vida na sociedade brasileira do novo século. Segundo o crítico, múltiplas eram as funções destinadas à mulher, nessa nova sociedade conforme se pode constatar:

...tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta de vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural de seu marido, guia de sua prole e reguladora da economia de sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções (Idem, p.122)

Veríssimo reconhecia que a mulher era “o mais prestante dos cidadãos, mesmo que ainda sem direitos políticos” (Ibidem) e afirmava, categórico: “À mulher deve-se propiciar instrução integral e enciclopédica como a de um cidadão de qualquer sociedade atual.”(Ibidem). O crítico, porém, salientava que a mulher não necessitaria de um aprofundamento de todos os conhecimentos humanos, mas apenas os conhecimentos essenciais para poder viver bem neste mundo. Sua afirmação sugeria que a mulher conhecesse as noções que “nenhum homem de média cultura não deve ignorar.”² Para justificar esse argumento, o crítico conclui que “...por ter a mulher inteligência inferior a do homem, não seria mesmo capaz de especializar-se nessas questões.” (Idem, p.123).

Veríssimo ilustra a sua crítica à organização dos Cursos das Escolas Normais existentes no país, com uma proposta de reformulação dos Programas de Ensino. Segundo o crítico, duas alternativas se impõem, de imediato, para a solução do problema da educação secundária das mulheres: ou são criados novos Institutos Especiais de Instrução Feminina, ou os já existentes são totalmente aprimorados, a fim de cumprirem a sua finalidade central, qual seja, a de promover a formação de mestras competentes e dar instrução geral às mulheres.

Considerando as finalidades de uma Escola Normal ideal proposta pelo educador, compreende-se a inclusão, num Ciclo de Ensino, de determinadas disciplinas básicas, tais como: a Matemática, a Física, a Química e as Ciências Naturais, a Geografia e a História, a Educação Artística (“...tão completa e elevada quanto fosse possível...”), a Educação Física e a Língua e a Literatura nacionais. Ao comentar o grau de amplitude daquelas que se traduzem nas duas disciplinas essenciais, a Língua e a Literatura, o autor enfatiza a sua preocupação com o caráter geral - mas não superficial - da instrução e, desse modo, confirma a

² Reconhecendo que as mulheres brasileiras bem educadas sabem ler francês, mas desconhecem a cultura de seu país, o crítico descreve detalhadamente o seu programa ideal de educação feminina: Veríssimo, 1985, p. 126-130.

representação da imagem das mulheres naquela sociedade. O estudo dessas disciplinas seria feito “...de modo a dar às educandas um exato conhecimento da sua língua e apurar-lhes o discernimento, para nela se exprimirem simples mas corretamente, sem as afetações literárias das sabichonas e letradas, mas sem a vulgaridade e incorreção das suas cozinheiras.” (Idem, p.127). Dessa forma, o educador expõe as contradições do pensamento dos críticos e escritores do período, sejam eles homens ou mulheres, acerca das questões femininas no Brasil ou, mais especificamente, do conceito da mulher ilustrada ou intelectualizada.

Também o confronto de idéias de algumas intelectuais brasileiras mais atuantes no campo literário, no período do entre-séculos, revela resistências, inquietações e incertezas sobre o tema do aperfeiçoamento intelectual e moral das mulheres. Seus discursos parecem se aproximar, justamente, nos pontos em que mais se distanciam pelas marcas próprias da diferença.

Em 1897, em carta à diretora da Revista *A Mensageira*, escritora Presciliana Duarte de Almeida, Inês Sabino lista algumas questões cruciais sobre a importância da educação para a mulher: “A mulher intellectual!...De que vale? Qual a sua missão? Que papel representa e representará na litteratura do nosso paiz? Que utilidade tem? Quem a comprehende? (...) Num instante, atropelladamente, estas perguntas se apresentam ao meu espirito...” (Sabino, 1897, pp 58-59). Convém destacar que Sabino exerceu várias atividades literárias – foi poetisa, romancista, cronista, memorialista e biógrafa- editando, em 1899 o livro *Mulheres Ilustres do Brasil*, no qual apresenta o elenco de mulheres que se distinguiram por sua atuação cívica e literária em nosso país.

Em artigo publicado em 1897, em *A Mensageira*, Maria Clara da Cunha Santos, que acredita na formação intelectual da mulher, admite que se deva considerar e respeitar suas inclinações pessoais:

Eu prefiro um bom hortelão a um médico medíocre, do mesmo modo que gosto mais de uma mulher que faça excellentes biscoitinhos fritos na gordura do que de uma que faça sonetos do pé quebrado. E assim é que deve ser a vida.(Santos, 1897, p.53)

Júlia Lopes de Almeida, por sua vez, declara, em seus artigos e crônicas, ser incontestável a necessidade de aprimoramento intelectual da mulher, pois somente assim será possível corresponder às demandas familiares de forma mais inteligente:

Ora, como pode uma mulher, criada entre o piano e a valsa, ou quando muito entre o pudim e a agulha, agasalhar um

pensamento curioso de um filho, elucidal-o, tornando as suas palavras simples como verdadeiras pontas de luz com que esclareçam as coisas mais complicadas e terríveis, fazendo-as entrar no cerebro de uma creança de modo mais natural e logico? (Almeida, 1897, p. 4)

Numa conferência realizada em Buenos Aires, em 1922, na Biblioteca do *Conselho Nacional de Mulheres da Argentina*, a mesma Júlia Lopes destaca, em seu discurso, a participação das mulheres na vida pública, explicitando, nesse momento, a sua possibilidade de realização de múltiplos papéis. Em seguida, a autora passa a citar os nomes mais representativos de uma extensa lista de poetas – Julia Cortines, Francisca Julia, Auta de Souza, Gilca Machado, Rosalina Coelho Lisboa, Ana Amelia Carneiro de Mendonça -, cronistas - Carmen Dolores e Cecília de Vasconcellos, Albertina Berta -, afirmando haver, ainda, outros nomes igualmente importantes a se somarem a essa listagem inicial. Destaca, sem especificar nomes, a atuação das dramaturgas e demais artistas, como jornalistas, artistas plásticas, músicas, médicas, juristas e aviadoras, por exemplo, que estariam atuando de forma relevante na sociedade brasileira.

Certamente, os escritores e críticos em geral e as intelectuais brasileiras, em particular, contribuíram, decisivamente, para a inserção da temática feminina nas discussões de outras temáticas nacionais, no período do entre-séculos. Atuando em diferentes periódicos de expressão nacional, essas autoras, com seus conselhos e breves reflexões sobre as próprias inquietações, presentes em suas crônicas, cartas, críticas ou outros gêneros de textos, favoreceram a atualização do debate sobre as questões femininas, contestando, mesmo que, ainda, de uma forma discreta, as imposições ideológicas que impediam a liberdade de ação das mulheres e, conseqüentemente, a sua participação efetiva na vida da sociedade brasileira.

Bibliografia

ALMEIDA, Júlia Lopes de. “Entre Amigas”. In: ALMEIDA, P. D. (dir.) *A Mensageira. Revista Literaria dedicada às Mulheres Brasileiras*. São Paulo: IMESP/DAESP, 1987, anno I, n.1

_____. “Conferencia pronunciada por la autora en la Biblioteca del Consejo Nacional de Mujeres de la Argentina”. Buenos Aires, 1922, 35p

_____. *Jornadas no meu país*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920

_____. “A Mulher Brasileira”. In: _____ *Livro das Donas e Donzellas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906

BONATO, Nailda Marinho da Costa. “A Escola Normal: uma Escola para Mulheres? A Formação de Professores/as para o Ensino Primário no Rio de Janeiro do Império à República”. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza e SILVA, Vera Lucia Gaspar da. (orgs). *Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002

FLORESTA, Nísia. “A Mulher” In: _____. *Cintilações de uma Alma Brasileira*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997

GALVÃO, Olympio “Conferência realizada no Congresso Literário de Pernambuco em 1892”. In: ALMEIDA, P. D. (dir). *A Mensageira. Revista Literaria dedicada às Mulheres Brasileiras*. São Paulo: IMESP/DAESP, 1987, anno I, n.12

JORNAL DO COMMERCIO, “Para a Educação das Futuras Mães de Família”. 3/1/ 1886

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. “Em Cena, a Professora”. In: _____. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996

MENDONÇA, Lucio. “As Tres Julias” . *Almanaque Brasileiro Garnier*. 1907

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Pedantes e *bas-bleus*: a história de uma pesquisa”. In: _____. (org). *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 1999

SABINO, Ignêz “Carta a Presciliana Duarte de Almeida”. In: ALMEIDA, P. D. (dir.) *A Mensageira. Revista Literaria dedicada às Mulheres Brasileiras*. São Paulo: IMESP/DAESP, 1987, anno I, n.4, ed. fac-símile

SANTOS, Maria Clara Cunha “Carta do Rio” In: ALMEIDA, P. D. (dir.) *A Mensageira. Revista Literaria dedicada às Mulheres Brasileiras*. São Paulo: IMESP/DAESP, 1987, anno I, n.4

VERISSIMO, José. “A Educação da Mulher Brasileira”. In: _____. *A Educação Nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985